

O ESTUDO DO SUJEITO: DA GRAMÁTICA AO TEXTO DO ALUNO¹

Michele Trindade Vargas, Universidade de Brasília

Introdução

A clássica hierarquização dos termos constituintes da oração em essenciais, integrantes e acessórios, repassada pela tradição gramatical, não contribui para uma clara compreensão da classificação desses termos, tendo em vista que, muitas vezes, as definições das funções sintáticas desses constituintes não correspondem à intuição dos falantes sobre as relações sintagmáticas na sentença.

Dessa forma, tem a pretensão de analisar a função sintática de sujeito em textos de alunos do 7º ano do Ensino Fundamental e apontar as contradições que há entre o conceito de sujeito repassado pela tradição gramatical e a prática de identificação desse sujeito pelos alunos, buscando, dessa forma, colaborar com um ensino de gramática mais eficiente.

Os textos de Perini (1995) e Duarte (2007) servirão de arcabouço teórico para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que Duarte (2007) procura explorar, em seu artigo, as relações gramaticais que se estabelecem entre os termos da oração e exemplifica esse problema por meio da definição de sujeito, bastante criticada por Perini (1985, *apud* Duarte, 2007), que sinaliza para a falta de consistência explícita da definição aplicada pela tradição gramatical, a qual prega ser o sujeito “o ser sobre o qual se faz uma declaração”, quando, logo mais à frente, afirma existir oração sem sujeito.

1. Bases para o estudo do sujeito

1.1 Perini (1995)

A partir da definição de sujeito em (1) abaixo, dada por Cunha (1975, p. 137, *apud* Perini, 1995, p. 7), Perini (1985/1995)² inicia a discussão desse tema, demonstrando a pouca consistência da GT:

(1) “O sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração”.

Essa definição, comumente encontrada não somente em diversas gramáticas de outros autores como também em livros didáticos, seria um conceito no qual deveríamos confiar toda a análise, dado que parece haver um compromisso da tradição gramatical em mantê-la como a definição de sujeito unificada e consistente.³

Entretanto, segundo Perini (1995), a mesma gramática apresenta, mais à frente, a definição de sujeito indeterminado (Cunha, 1975, p. 137, *apud* Perini, 1995, p. 12):

(2) “Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o sujeito é indeterminado.”

¹ Artigo Científico apresentado à disciplina Projeto de Curso para a obtenção do título de licenciatura em Língua Portuguesa e respectiva literatura. Orientado pela profª Dra. Rozana Reigota Naves.

² As duas edições foram citadas nesse artigo.

³ Cf. Amaral & Ferreira (2000); Cereja & Cochar (2009); Paschoalin & Spadoto (2008).

Com respeito a esta definição, Perini observa que, se existe sujeito indeterminado, ele deveria ser definido quando “*se desconhece o ser sobre o qual se faz a declaração*”. Porém, a definição de sujeito indeterminado em (2) é formulada em termos de quem pratica uma ação. O autor afirma que, de acordo com esse ponto de vista, a GT é inconsistente ou incompleta, por não demonstrar em momento algum a conexão entre o sujeito e o ser que pratica a ação.

A falta de um corpo teórico doutrinário consistente seria a falha fundamental da GT, para Perini (1995, p. 13): “*O esforço teórico a que me refiro consiste em tentar conciliar essas crenças subjacentes em um corpo doutrinário logicamente consistente — uma teoria gramatical. E isso falta na GT.*” Para o autor, existe uma clara contradição entre a definição explícita de sujeito e a prática de identificação de sujeitos, pois há uma dualidade de doutrinas gramaticais dentro da GT.

Primeiro, a *doutrina gramatical explícita* ou DGEx, que inclui definições de sujeito como o termo sobre o qual se faz uma declaração. Seguindo essa definição, o usuário pode concluir que, em (3) e (4) abaixo (*op. cit.*, p. 15), *Carlinhos* é o sujeito. Porém, em (4), a própria definição de sujeito levanta dúvida no usuário quanto a haver uma declaração sobre Camilo também:

(3) Carlinhos corre como um louco.

(4) Carlinhos machucou Camilo.

Da mesma forma, uma pessoa baseando-se na definição (1) poderia dizer que em (5) o sujeito é *esse bolo* e que em (6) é *Belo Horizonte*, termo sobre o qual se faz uma declaração (*op. cit.*, p. 15):

(5) Esse bolo eu não vou comer.

(6) Em Belo Horizonte chove um bocado.

Entretanto, sabemos que em (5) o sujeito é o pronome *eu* e que o exemplo (6) é de uma oração sem sujeito. Como vemos, esse choque entre identificação e definição de sujeito leva o usuário a identificar esse constituinte de maneira mais intuitiva e não de acordo com a definição apresentada pela GT. Segundo Perini, aprendemos a identificar o sujeito apesar do conhecimento da DGEx.

O autor postula, então, que há uma definição de sujeito subjacente à da DGEx – a DGImp (doutrina gramatical implícita), a qual, mesmo que inconscientemente, é bem conhecida por todos nós (Perini, 1995 p. 18):

A prática dos estudos gramaticais revela a existência de duas doutrinas, a DGEx., que é “oficialmente reconhecida” e explicitada nas gramáticas, e a DGImp., nunca explicitada, mas que realmente subjaz à análise realizada.

O autor sugere, ainda, três tópicos a serem discutidos antes de se realizar qualquer tentativa de renovar a gramática: a) a relação entre o aspecto semântico e o aspecto formal da linguagem; b) a definição de “paradigma gramatical”; c) a distinção entre classes e funções. Quanto ao aspecto do significado das formas dentro do contexto em que estão sendo utilizadas, Perini exemplifica com as interrogativas sim/não como as de (7), que requerem um ingrediente semântico “solicitação de valor de verdade” em sua interpretação, o qual não necessariamente pode ser encontrado em (8). Ou seja, o exemplo (8), embora seja uma interrogativa do mesmo tipo que (7), não possui a mesma interpretação semântica, pois a resposta adequada a (7) seria sim ou não, mas, em (8),

um “sim” como resposta não seria o suficiente – mais adequado seria uma explicação indicando a direção da praça (*op. cit.*, p. 43):

- (7) Você sabe falar javanês?
- (8) Você sabe onde fica a praça 7?

Como podemos observar em (7) e (8), não há clareza se existe significado literal independente do contexto e isso seria um problema na criação de uma gramática pedagógica. Assim, o autor sugere duas maneiras de encarar o problema, embora considere a opção (a) uma hipótese de trabalho mais adequada, mesmo que provisória, pois ela admite significado literal diferir do significado final da sentença (Perini, 1995, p. 45):

(a) podemos admitir que o significado literal é básico, e que o significado final é computado a partir do literal, mais certos traços do contexto extralingüístico. Ou então: (b) podemos negar a existência de significados literais em oposição a finais, isto é, negar que uma expressão lingüística possa ter significado próprio independentemente do contexto.

Além de discutir os fenômenos semânticos, Perini se estende para a questão da descrição sintática, mais especificamente a elipse e os constituintes vazios, vendo que esse é um dos primeiros problemas que se apresentam ao se planejar uma descrição coerente da sintaxe da língua, ou seja, deve-se ou não admitir a postulação de elementos elípticos válidos para a análise gramatical? Por exemplo, em (9), a sequência “Ivone trombone” pode ser interpretada semanticamente com o mesmo valor de “Serafim toca flauta”, ou seja, podemos introduzir o verbo *tocar* entre “Ivone” e “trombone” e, dessa forma, termos sujeito + verbo + objeto direto? (*op. cit.*, p. 60):

- (9) Serafim toca flautim, e Ivone trombone.

O autor questiona até que ponto seria possível controlar essas introduções de elementos subentendidos nas orações, o que seria mais um fator intrínseco para desenvolver uma gramática pedagógica.

Dessa forma, detectando todas essas dificuldades quanto às generalizações encontradas na GT, Perini sugere que o cerne para a elaboração de um projeto de gramática pedagógica envolve procedimentos linguístico-gramaticais adaptados às necessidades imediatas de descrição do português que nos levem, minimamente, a refletir sobre como podemos colaborar com possíveis soluções para o ensino de gramática, de forma clara e coerente para os usuários.

1.2 Duarte (2007)

Duarte (2007) inicia sua descrição analisando o predicado, antes mesmo de fazer referência ao sujeito, e justifica que “*neles (predicado verbal, nominal e verbo-nominal) se encontram os elementos que projetam os constituintes centrais da oração, incluindo o próprio sujeito*”. Dessa relação surgem as estruturas argumentais, projetadas pelo verbo ou predicador.⁴ Um predicador verbal pode projetar: estruturas sem argumento ou

⁴ Termo utilizado pela autora para designar o elemento nuclear que dá origem à oração.

estruturas com um, dois ou três argumentos. Os argumentos, quando presentes, são posicionados da seguinte forma: um externo, à esquerda (o sujeito gramatical), e dois internos, à direita (o primeiro será objeto direto e o segundo, objeto indireto, complemento relativo ou complemento circunstancial). Eis alguns exemplos apresentados pela autora (*op. cit.*, p. 187):

- (10) Estruturas com três argumentos:
 - a. Ele deu dinheiro aos pobres.
 - b. Eu dividi o pão com os pobres.
 - c. Eu levei as crianças ao colégio.
- (11) Estruturas com dois argumentos:
 - a. Ele matou o pássaro.
 - b. Isso interessa aos alunos.
 - c. Eles acreditam em você.
 - d. Eles moram no Rio.
- (12) Estruturas com um argumento:
 - a. As crianças pulam.
 - b. Chegou uma encomenda.
 - c. Houve muitas festas.
- (13) Estruturas sem argumento:
 - a. Choveu.

Assim como os verbos, os nomes (substantivos e adjetivos) também podem selecionar argumentos e projetar uma estrutura argumental. A autora salienta ainda que toda “estrutura sentencial precisa de um verbo que lhe dê marcas de tempo, número, pessoa, modo, e atribua caso nominativo ao sujeito...” e faz uso, em seus exemplos, de verbos de ligação, que servem para caracterizar as estruturas sentenciais como oração (*op. cit.*, p. 192):

- (14) a. João é professor.
- b. João é inteligente.
- c. O cigarro é prejudicial à saúde.

Os predicadores nominais, conhecidos na tradição por predicados nominais, são os elementos responsáveis pela projeção da estrutura sentencial. Já os predicadores verbais, quando combinados com os nominais, geram estruturas complexas, os predicados “complexos”. Poucos são os predicadores verbais que participam desse tipo de estrutura, ao contrário dos predicadores nominais, que são ilimitados (*op. cit.*, p. 193):

- (15) a. O João achou/julgou/considerou a festa ótima.
- b. A sua atitude deixou o João satisfeito.

As orações acima apresentam, além de um predador verbal, um predador nominal, que seleciona um argumento externo, assim como o predicado verbal. A soma desses dois predadores com seus argumentos produz a estrutura classificada como predicado verbo-nominal: predicado + objeto direto + predicativo do objeto.

A autora evidencia a forma como os argumentos se instalam nas orações em português do Brasil. Por exemplo, um argumento pode aparecer “*sob a forma de pronome reto com função acusativa ou fica apagado*”, como em (17), estando o uso do clítico restrito à escrita formal (16):

- (16) a. O João acho-a ótima.
b. Sua atitude deixou-o satisfeito.
- (17) a. O João achou ela ótima.
b. Sua atitude deixou ele satisfeito.

Ao examinar o argumento externo, Duarte nos adverte para um equívoco gerado pela tradição gramatical: a classificação do sujeito em simples, composto, oculto, indeterminado e oração sem sujeito. Considera a estrutura ou forma do sujeito como irrelevante e observa que classificar um sujeito em oculto ou indeterminado só faz sentido quando há uma referência contextualizada no discurso, ou seja, se eles se opuserem a sujeitos expressos anteriormente. Dessa forma, propõe classificar o sujeito: a) quanto à forma (estrutura) – o sujeito pode vir expresso ou não; b) quanto à referência (seu conteúdo, valor semântico) – o sujeito pode ter referência definida, indefinida ou não ter qualquer referência.

Referência	Forma	
	Não expresso	Expresso
Definida	__ Fui/ __ Fomos/ __ Foram ao teatro. ontem.	Eu/Nós/As meninas/Elas foram ao teatro ontem
Indefinida	__ Roubar am as rosas do jardim. __ Precisa mos de ordem e progresso. __ Não usa mais máquina de escrever". __ Vende apartamento.	Eles estão assaltando nesse bairro. Nós precisamos de ordem e progresso. A gente precisa de ordem e progresso. Você vê muito comércio no centro.
Sem Referência	__ Choveu muito. __ Fez frio. __ Houve confusão.	_____ _____ _____

(Fonte: DUARTE, 2007, p. 196).

Segundo a autora, há ainda termos que não são selecionados pelos predicadores, mas se unem a eles para situar o evento no tempo e no espaço. São os adjuntos adverbiais. Esses termos podem aparecer de forma ilimitada nas orações, pois variam de acordo com a necessidade comunicativa do usuário e, com isso, não devem ser considerados “acessórios”, isto é, dispensáveis das orações. Duarte destaca, ainda, outros elementos, como os adjuntos adnominais e os apostos, que podem aparecer na estrutura interna dos termos mencionados anteriormente, mas devem permanecer hierarquicamente num nível inferior ao dos sintagmas maiores que os contêm. Ela encerra esse tópico ressaltando que inicialmente deve-se trabalhar com os predicadores, seus argumentos e eventuais adjuntos, e explica que a fragmentação da oração em todos esses constituintes internos pode fazer perder de vista a estrutura principal da oração.

1.3. Considerações parciais

Nesta seção, apresentamos os trabalhos de Perini (1985/1995), que aponta que as falhas da gramática tradicional, em três grandes pontos – a) sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; b) seu caráter predominantemente normativo; e c) o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes, e de Duarte (2007), que, a partir de conceitos da gramática tradicional e partindo da crítica de Perini sobre a análise do sujeito, também nos desperta para um olhar mais analítico sobre a disposição dos termos das orações. Os argumentos selecionados pelos predicadores, os adjuntos adverbiais combinados a eles formam uma perfeita trama que

pode alcançar uma compreensão inerente ao aluno identificando, de tal forma que, apreendendo a finalidade dos constituintes das orações no sistema, deixa-se de lado “a mera identificação” dos termos – como sugere a tradição gramatical. Esse é o referencial teórico que utilizaremos para analisar o material didático selecionado para este trabalho.

2. Metodologia da pesquisa

Produções textuais desenvolvidas por estudantes do 7º ano, de uma escola de Ensino Fundamental da rede pública de Brasília, localizada na Asa Sul, e a gramática pedagógica utilizada por esses estudantes e professores são os materiais didáticos analisados nesta pesquisa.

Os textos foram cedidos pelos estudantes e tiveram o uso devidamente autorizado pela professora regente da turma na área de Língua Portuguesa. Nomes relativos à escola, à professora e aos estudantes foram ocultados, tampouco textos na íntegra foram disponibilizados neste trabalho, com a finalidade de evitar a exposição dos colaboradores desta pesquisa.

As produções textuais dos estudantes foram obtidas durante a aula de Língua Portuguesa, em um dia de produção textual,⁵ pré-combinado com a professora regente, que acompanhou o desenvolvimento da atividade. São, em média, 30 estudantes por turma e a professora regente pediu que eles escrevessem até 30 linhas sobre determinado tema. Para análise, foram selecionados somente os textos finalizados no período da aula, totalizando apenas 10 (dez) produções textuais de estudantes de turmas diferentes.

Quanto ao material didático, cabe ressaltar que os estudantes da rede pública de ensino do DF usufruem de livros didáticos repassados pelo Governo Federal, porém, esses livros, mais especificamente, o de Língua Portuguesa, pouco aborda o tema deste trabalho. Entretanto, os estudantes usufruem também de uma gramática – *Paschoalin & Spadoto: Gramática – Teoria e exercício*, selecionada pelos professores de Língua Portuguesa da escola, que é adquirida pelos responsáveis desses estudantes ao início do ano letivo. Este é um recurso didático bastante utilizado pelos professores de Língua Portuguesa do 6º e do 7º ano da escola, mais do que o próprio livro didático repassado aos alunos. Dessa forma, essa gramática foi o material didático estudado nesta pesquisa.

3. Análise: as incoerências da tradição gramatical sobre a função sujeito

3.1. Breves comentários sobre o material didático selecionado

Partindo do pressuposto de que os estudantes, motivados pela inconsistência da doutrina gramatical explícita, executam “a mera identificação” dos termos da oração durante a sua vida escolar, analisamos os textos produzidos pelos estudantes, apontando as contradições que há entre o conceito de sujeito repassado pela tradição gramatical e a prática de identificação desse sujeito.

Segundo as autoras, na apresentação do livro, a gramática utilizada como suporte para as aulas de Língua Portuguesa na escola selecionada para a pesquisa se propõe,

⁵ Os alunos não produzem textos todos os dias. Observando alguns cadernos de alunos, podemos perceber que, do início do ano letivo até o momento desta pesquisa – segundo semestre de 2015, haviam produzido, em média, dois textos.

através de uma linguagem “*clara e objetiva, abordar os vários aspectos da gramática da língua, de maneira simples, mas não superficial.*”

Seguindo a tradição gramatical, o material pesquisado divide os termos da oração em: essenciais, integrantes e acessórios.⁶ E define os termos essenciais como os termos que darão significado à oração (Paschoalin & Spadoto, 2008, p. 237):

- (18) “*Termos são as partes que formam a oração. Os termos essenciais são imprescindíveis para a existência da oração. São dois os termos essenciais: sujeito e predicado.*”

As descrições gramaticais, geralmente, iniciam as lições de análise sintática pelo sujeito, indicando que, geralmente, a ordem dos termos na oração a ser seguida será *sujeito + predicado*. Isso pode ser observado nos exercícios encontrados nas gramáticas. Vejamos alguns exemplos, em que o exercício pede para identificar os termos essenciais da oração na tirinha com as seguintes orações (*op. cit.*, p. 243):

- (19)
- a. “Os lírios gentis têm beleza sutil”
 - b. “O amor delicado toca o frescor da manhã”

Porém, mais abaixo, a mesma gramática aponta, sutilmente, que a inversão *predicado+sujeito* pode ocorrer em algumas orações. Um exercício pede para informar qual a posição e ordem do sujeito em (19a) e (19b) e o outro pede para mudar a oração (19a) para a ordem inversa (*op. cit.*, p. 243).

Dessa forma, linearmente, a gramática se propõe a estudar os termos da oração começando pelo conceito de sujeito. Eis a definição de sujeito encontrada na gramática (Paschoalin & Spadoto, 2008 p. 237):

- (1) (20) “sujeito é o termo que representa o ser sobre o qual se diz alguma coisa.”

Assim, assume-se um compromisso com o usuário da gramática de ser essa a definição que irá guiá-lo nos estudos sobre o sujeito. Porém, em seguida, encontramos a definição de sujeito indeterminado e implícito, com os respectivos exemplos (*op. cit.*, 2008, p. 240):

“*O sujeito quando é identificado apenas pela desinência verbal; caso em que o sujeito está presente na oração, só que não de maneira explícita.*

Exemplo:

(nós) /Tomamos o pote de sorvete.”

“*O sujeito pode aparecer indeterminado quando a sua existência é evidente, mas não há nenhum termo que o represente, nem mesmo em orações anteriores.*

Exemplo:

_/Tomaram o pote de sorvete”

O primeiro exemplo estaria de acordo com a definição citada acima. Porém, o segundo não podemos identificar o sujeito através da desinência verbal e classificá-lo como implícito assim como em (a)? Vejamos mais os exemplos abaixo:

- (20) Desejamos boas festas.

⁶ Neste trabalho, focalizamos apenas os termos essenciais da oração, mais especificamente, o sujeito, tema desta pesquisa.

(21) Vamos passear?

Em (20), o sujeito está implícito e através da desinência verbal podemos identificá-lo (*nós*). Já em (21), não há um sujeito determinado e a definição de sujeito indeterminado citada acima caberia perfeitamente nessa oração, porém, observando o verbo *ir*, conjugado em 1ª pessoa do plural do presente, não poderíamos dizer, novamente, que o sujeito está implícito?

Partimos agora para a definição de predicado pela tradição gramatical (Paschoalin & Spadoto, 2006, p. 237):

(22) “Predicado é o termo da oração que contém o verbo e representa aquilo que se diz do sujeito.”

(23) “O verbo pertence sempre ao predicado, e, como não existe oração sem verbo, não existe oração sem predicado”

Podemos observar, novamente, a incoerência na formulação dos conceitos de sujeito e predicado ou a falta de um corpo teórico doutrinário consistente, segundo Perini. As autoras apresentam as duas definições como uma sendo complemento da outra, ou seja, o sujeito é o termo que se diz alguma coisa e o predicado é aquilo que se diz do sujeito buscando, dessa forma, demonstrar a essencialidade destes termos. Porém, se o predicado é o termo da oração *que representa aquilo que se diz do sujeito e não existe oração sem predicado* e, no entanto sabemos que existe oração sem sujeito, como o predicado pode ser *aquilo que se diz do sujeito*? Em uma versão mais antiga da mesma gramática, anterior a essa edição renovada utilizada pela escola pesquisada, encontramos a seguinte observação (PASCHOALIN & SPADOTO: 1995: p. 180)⁷:

(24) “Predicado é o termo da oração que contém o verbo. Apesar de o sujeito e o predicado serem termos essenciais da oração, há casos (com verbos impessoais) em que a oração não possui sujeito. Mas se a oração é estruturada em torno de um verbo e ele está contido no predicado, é impossível existir uma oração sem predicado”

A observação em (24) não foi encontrada na edição renovada e sim, em seu lugar a observação em (23), uma forma mais resumida da que encontramos em (24), ou seja, as autoras ao tentarem alcançar a *linguagem clara e objetiva na gramática* deixam de informar aos estudantes da possibilidade de haver orações sem sujeito e da impossibilidade de orações sem predicado, o que poderia aprofundar o estudo do sujeito.

Além disso, as definições (20) e (22) contradizem essa “essencialidade” do sujeito dita nos termos das orações. Observe que em (20) a definição de sujeito sugere que a importância do predicado se sobrepõe a do sujeito. Essa afirmativa é reforçada em (23), pois nos diz que não existe oração sem predicado.

Assim, como aplicar os conceitos de sujeito se muitas vezes encontramos definições, como estas acima, confusas e formuladas aleatoriamente? Desse modo, podemos observar que há uma tendência de o estudante dissociar os conceitos de sujeito da aplicabilidade e, logo, considerar a gramática como algo inútil.

⁷ A versão de 1995 da gramática de Paschoalin e Spadoto foi utilizada neste artigo também, apenas para fins comparativos.

3.2. Análise dos textos coletados

Nos textos desenvolvidos pelos estudantes podemos perceber essa dissociação de assuntos gramaticais na composição dos textos. O pouco tempo destinado à produção textual (45 minutos – uma aula) também não é suficiente para uma escritura que preze a qualidade dos textos. Assim, a maioria dos estudantes finaliza seus textos em casa ou os deixa inacabado mesmo, segundo informações da professora.⁸ Ou seja, falta de tempo seguida pelo desestímulo em desenvolver textos são alguns dos fatores preponderantes no ambiente da sala de aula observada.

Analizando as produções textuais desses estudantes a partir do pressuposto que “*O sujeito é o termo que representa o ser sobre o qual se diz alguma coisa.*” (Paschoalin & Spadoto, 2008 p. 237), podemos observar que a aplicação desse conceito pelos alunos nem sempre é viável.

Observe os exemplos abaixo retirados de textos produzidos pelos alunos:

- (a) Uma mulher aparece para mostrar o museu.
- (b) Ela mostra uma coisa muito importante.
- (c) Catrina e Xibalba vão para o mundo dos vivos.
- (d) Eu estava jogando com meu primo Caio.
- (e) Pegamos nossas bicicletas e fomos até o parque. Chegando lá, fizemos uma corrida.
- (f) Fui falar com a garota que estava com um pitbul muito bravo.
- (g) Sempre **se fica** nervoso quando beija a primeira vez.
- (h) Choveu muito no parque.

Em (a), (b), (c), (d) onde a oração segue o modelo sujeito +predicado, a aplicação do conceito torna-se possível, pois segue o formato exposto na gramática.

Em (e) e (f) o verbo projetou estruturas que edificaram estas orações, possibilitando não só ocultar como, também, identificar o sujeito através da desinência verbal. Assim, sendo possível a aplicação do conceito de sujeito oculto. Processo este reforçado pela definição de oração encontrada na gramática de Paschoalin & Spadoto (2008: 232) “*a oração é uma estrutura contida na frase e elaborada em torno de um verbo*”. Porém, o conceito de sujeito pode levar o estudante a confundir-se, pois a garota também não seria um ser que se diz alguma coisa?

Em (g) declara-se que há um nervosismo no primeiro beijo, porém, não há uma indicação de quem fica nervoso, pois, a partícula “se”, usada na oração, indetermina o sujeito, ou seja, sabemos que há um sujeito, porém não há um termo explícito na oração que o represente. A definição se complica mais ainda quando tentamos aplicar em (h), uma oração sem sujeito na qual não existe um termo que o represente. Desse modo, a aplicação da definição de sujeito, se seguida de acordo com a gramática nem sempre pode ser empregada na oração. Além de negar a essencialidade do sujeito defendida na definição de termos essenciais da oração que diz que

“Os termos essenciais são imprescindíveis para a existência da oração. São dois termos essenciais: sujeito e predicado.”
(PASCHOALIN & SPADOTO: 2008: p. 237)

A incoerência sobre o sujeito nas gramáticas ainda permanecerá, dessa maneira, criando a necessidade de suprir essa carência no momento de os alunos estudarem o tema. Duarte (2007:196) nos chama atenção para o estudo do assunto e propõe uma classificação do sujeito: (a) quanto à forma (estrutura), o sujeito pode vir expresso ou

⁸ Dado observado durante o período desta pesquisa.

não expresso; (b) quanto à referência (seu conteúdo, seu valor semântico), o sujeito pode ter referência definida, indefinida ou não ter qualquer referência.

- (i) Ela disse que o primeiro beijo é estranho. Por isso, ela não quer beijar ninguém. Então ela saiu correndo com muita vergonha.

Em (i) podemos perceber uma forma expressa e definida de sujeito no período. O aluno as desenvolveu partindo do pressuposto que o verbo concorda com o sujeito, ou seja, há uma ideia implícita sobre o assunto que o guiou para desenvolver as orações: a doutrina gramatical implícita (DGImp), postulada por Perini que, dessa modo, arrisca que a definição de sujeito deveria ser a seguinte:

“*Sujeito é o termo sobre o qual o verbo concorda*” (Perini: 1995:17)

Porém, o autor destaca que a definição acima seria uma parte da definição de sujeito existente na DGImp. Observe em (j):

- (j) O beijo acontece quando você está relaxado e nem percebe. Passo 1: Você finge que não está vendo nada. Passo 2: e vira rapidamente e sem querer. Passo 3: beijou.

Em (j), a definição nos permitiria não só identificar o *beijo* como sujeito, como também, equivocadamente, *você*, pois os verbos concordam com o pronome. Entretanto, guiou bem o restante das orações, as quais os verbos concordam com o sujeito de referência indefinida.

- (k) Esses moleque corre muito, só assim para mulher correr atrás deles.

No caso em (k) podemos perceber que o verbo concorda com o substantivo “*moleque*” que não concorda com o pronome “*esses*”, isto é, o estudante compreende que o verbo deve concordar com o sujeito, porém, entende que somente o núcleo “*moleque*” é o sujeito, isolando, dessa forma, o pronome “*esses*” que também é parte do sujeito. Entretanto, ao final da oração podemos observar o pronome “*deles*” que faz referência a “*esses moleque*” e dessa maneira entendemos que são vários “moleques” e assim sendo, o verbo não concorda com o sujeito. E mais uma vez o estudante o vê de forma isolada. Todavia a oração permite a aplicabilidade do conceito de sujeito definido por Paschoalin e Spadoto já que há um termo que se diz alguma coisa, já o conceito de Perini acima que ele arriscaria ser adequado na DGIm não, pois o verbo apenas concorda com o núcleo do sujeito.

Considerações finais

No decorrer desta pesquisa, percebe-se que as definições de sujeito na gramática de Paschoalin e Spadoto são confusas e definidas aleatoriamente, dificultando, dessa forma, a aplicabilidade desses conceitos em orações que fogem do modelo exposto pela gramática tradicional. Além das definições confusas de sujeito, a classificação deste em “simples”, “composto”, “indeterminado”, “oculto” e “oração sem sujeito” é irrelevante. De acordo com Duarte (2007:186), todas as vezes que tentamos identificar os termos de uma oração estamos observando a estrutura argumental projetada pelo predador - o responsável pela estrutura principal da oração -, ou seja, estamos buscando compreender qual a seleção semântica que esse predador faz. E o sujeito é um dos constituintes da oração, podendo em alguns casos não a compor e mesmo assim, a oração ainda fazer sentido.

Podemos observar claramente que os alunos que produziram os textos analisados nesta pesquisa, não desenvolveram, em momento algum, orações agramaticais, ou seja, há um domínio implícito da gramática. Os mesmos sabem estruturar uma oração coerente, desenvolvendo, mesmo que implicitamente, os elementos necessários que projetam os

constituintes da oração, o predicator. Os alunos aprendem a definição de sujeito dada pelas gramáticas, mas não a levam em consideração, assim como os autores das gramáticas quando constituem as suas definições de sujeito.

Durante a tentativa de identificar o sujeito nas orações, os alunos entram em choque com a tradição gramatical, desencadeando, dessa forma, um processo implícito que irá ampará-lo no momento da identificação, a DGImp, postulada por Perini.

Referências bibliográficas

DUARTE, M. E. L. *Termos da Oração*. In: **Brandão**, Sílvia F. & **Vieira** Sílvia R. (Org.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. SP: Contexto, 2007. PP. 185-204.

PASCHOALIN, Maria A. **SPADOTO**, Neusa T. *Gramática – Teoria e exercício*. Ed. Renovada. FTD. SP, 2008.

_____. *Gramática -Teoria e exercícios*. Nova edição. FTD. SP, 1995.

PERINI, Mario A. *Para uma Nova Gramática de Português*. São Paulo: Editora Ática, 1995.